

Conjuntura indigenista em 2010, por Roberto Liebgott

Página 3

Ações prosseguem contra hidrelétrica de Belo Monte

Página 5

Homenagens à Pedro Yamaguchi e Uelton Xukuru

Página 12

FORANTIM



Em defesa da causa indígena

Ano XXXIII • Nº 326 • Brasília-DF • Junho/Julho - 2010
R\$ 3,00

ISSN 0102-0625



“O projeto desenvolvimentista do governo está sendo construído sobre os cadáveres dos indígenas”

Afirmação de dom Erwin Kräutler durante lançamento do Relatório de Violência Contra os Povos Indígenas - 2009



Violências contra os povos indígenas no Brasil: o grande legado da omissão

Mais uma vez, ao tornar público o relatório de violências, o Cimi denuncia a avassaladora realidade vivida pelos povos indígenas de diferentes estados brasileiros, causada, em grande medida, pelas ações e omissões do Estado brasileiro.

A negligência do governo, quando deixa de demarcar as terras indígenas, continua sendo estopim de muitas agressões, em especial em Mato Grosso do Sul, onde se registra uma concentração de casos de violência que afeta particularmente a vida dos Guarani Kaiowá. No entanto, não são apenas eles as vítimas desta lamentável situação, ela se estende sobre centenas de famílias de diferentes povos que vivem em condições precárias por não terem acesso aos recursos de suas próprias terras. Assim, elas submetem-se aos riscos de permanecer em acampamentos improvisados, dos quais observam as cercas, a estrada, os veículos grandes e pequenos trafegando em alta velocidade. Além da insegurança, as crianças, jovens, adultos e velhos indígenas sofrem com a falta de alimentos, de água potável e de saneamento básico. Este é um cenário real, no qual vivem centenas de pessoas

Guarani, Kaiowá, Kaingang, para quem a Constituição Federal assegurou, desde 1988, o direito à terra e a proteção do Estado nacional.

Mas em tais realidades, apesar do sofrimento, existe esperança, e por essa razão os povos indígenas prosseguem em suas incansáveis lutas para garantir não somente a terra, como também o direito à vida e à dignidade. O protagonismo indígena se revela no dia a dia, nos embates com os poderes públicos, nas reivindicações apresentadas de modo ininterrupto, para que sejam cumpridas as normas constitucionais. Nas lutas são alimentados os sonhos e as esperanças por uma terra rica e abundante, onde se possa alimentar a vida física e cultural e restabelecer as condições do bem viver.

Em 2009 também se destacaram as irresponsáveis investidas do governo brasileiro na implantação de grandes projetos que compõem o Plano de Aceleração do Crescimento. Estas obras causam um profundo impacto na vida de diversas comunidades indígenas, em diferentes regiões brasileiras e, ademais, têm sido viabilizadas através de processos apressados e pouco transparentes, que colocam sob suspeita as verdadeiras

intenções de quem as planeja e executa. Uma das conseqüências mais imediatas é a pressão sobre as terras indígenas, e os conflitos decorrentes dos interesses de diversos grupos econômicos, de modo especial usineiros, madeireiros e empresas de energia elétrica.

Por fim, pode-se dizer que o atual governo manifesta, nas ações e omissões em relação aos povos indígenas, sua opção em favorecer interesses econômicos de latifundiários, de usineiros, de donos de empresas mineradoras, do agronegócio, de empreiteiras. E, neste contexto nada favorável aos povos indígenas, a divulgação do relatório de violência organizado pelo Cimi tem a intenção de conchamar os poderes públicos a reverterem este quadro e assumirem o dever constitucional de promoção da vida e não da morte. E nossa preocupação não é estatística, e sim humana, uma vez que estamos comprometidos com a vida em plenitude destas tantas pessoas a quem se tem negado, sistematicamente, todos os direitos que, em nossa Lei maior, figuram como garantias para todos os cidadãos.

Roberto Antonio Liebgott
Vice-Presidente do Cimi



Belo Monte 1

Numa revista do governo federal denominada “Destaques – Ações e programas do governo federal”, a Usina de Belo Monte é ressaltada como garantia de energia limpa equivalente a 40% da demanda do país. Mas o que mais impressiona é a insistência do governo em ressaltar que as terras indígenas não serão afetadas. Segundo eles, “O novo projeto não afeta mais as terras indígenas Arara da Volta Grande do Xingu e Paquiçamba...” Será que eles acreditam piamente que esta afirmação é verdadeira? Ou é daquelas mentirinhas que vão sendo repetidas até se tornarem verdade?

Belo Monte 2

“Em visita a Altamira, região paraense onde será construída a controversa hidrelétrica de Belo Monte, no dia 22 de junho, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se irritou com manifestantes presentes no local. Durante discurso, ele afirmou que os adversários deveriam ter paciência para ouvir seus argumentos” (Portal UOL). Se Lula se irrita com uma manifestação, imagina a população que vai ficar sem a casa, o trabalho, o rio? Será que eles estão irritados?

Prisão regular?

“O delegado da Polícia Federal Marcos Aurélio Pereira afirmou que os procedimentos internos verificaram que não houve irregularidade na prisão de Rosivaldo Ferreira da Silva, o “cacique” Babau, no dia 10 de março na região de Serra do Padeiro, em Buerarema” (Jornal A Região – 12/06/2010). Se invadir a casa de uma pessoa durante a madrugada, agredi-la na frente do filho e da mulher e prendê-la por lutar pelos direitos do seu povo for algo regular, pode-se dizer que o Estado Democrático de Direito está em risco.

MARIOSAN



ISSN 0102-0625

PORANTIM

EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Edição fechada em 21/07/2010

Publicação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

APOIADORES

caritas

Na língua da nação indígena Sateré-Mawé, PORANTIM significa remo, arma, memória.

Dom Erwin Kräutler
PRESIDENTE

Maíra Heinen
EDITORA - RP 2238/GO

Cleyenne Cerqueira
EDITORA - RP 7901/DF

CONSELHO DE REDAÇÃO

Antônio C. Queiroz
Benedito Prezida
Egon D. Heck
Nello Ruffaldi
Paulo Guimarães
Paulo Suess

Editoração eletrônica:
Licurgo S. Botelho
(61) 3034-6279

Impressão:
Gráfica Teixeira
(61) 3336-4040

Administração:
Ronay de Jesus Costa

Redação e Administração:
SDS - Ed. Venâncio III, sala 310
CEP 70.393-902 - Brasília-DF

Tel: (61) 2106-1650
Fax: (61) 2106-1651

E-mail: editor.porantim@cimi.org.br
Cimi Internet: www.cimi.org.br
Registro nº 4, Port. 48.920,
Cartório do 2º Ofício
de Registro Civil - Brasília

Faça sua assinatura
pela internet:
adm.porantim@cimi.org.br

PREÇOS:

Ass. anual: R\$ 40,00
Ass. de apoio: R\$ 60,00
América latina: US\$ 40,00
Outros Países: US\$ 60,00

Um olhar sobre a conjuntura indigenista em 2010

Roberto Antonio Liebgott
Vice-Presidente do Cimi

Quando foi editado o decreto presidencial 7056, no dia 28 de dezembro de 2009, apresentando mudanças na estrutura do órgão indigenista – Funai – se instalou um ambiente de extrema desconfiança quanto às reais motivações que levaram à sua edição. Uma das razões para isso foi a falta de consulta aos povos indígenas, como prevê a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

O referido decreto desencadeou uma onda de mobilizações e protestos de povos e organizações indígenas em várias regiões do país. O sentimento, expressado através dos discursos das lideranças e dos atos de protestos, era de indignação pela forma com que o governo apresentou o projeto de reestruturação da Funai. Embora houvesse consenso acerca da necessidade de mudanças no órgão indigenista, a edição do decreto, na calada da noite, evidenciou uma atitude prepotente do poder público ao negar, aos povos indígenas, a possibilidade do diálogo, do debate e da consulta sobre temas e questões que lhes dizem respeito.

A partir das manifestações e dos protestos, o presidente da Funai se comprometeu a discutir com os povos indígenas o Regimento Interno que trata do funcionamento do órgão indigenista, e que necessita também ser adequado à nova estrutura. Mas, até o momento, se tem notícias de que apenas uma oficina foi realizada no estado do Maranhão.

Além dos fatos relativos à reestruturação da Funai, os povos indígenas também enfrentam grandes problemas com a política de assistência à saúde, esta de responsabilidade do Ministério da Saúde e, paradoxalmente, sob a gestão da Fundação Nacional de Saúde.

Embora o presidente da República tenha anunciado a criação da Secretaria de Atenção Especial à Saúde Indígena, através da Medida Provisória 483/2010, ela efetivamente não foi constituída. A MP apenas abre possibilidades, no âmbito do Ministério da Saúde, para que se crie uma nova secretaria, não esta-

belecendo que se trata especificamente da saúde indígena. Na oportunidade, o presidente da República prometeu que regulamentaria o funcionamento da Secretaria através de decreto. Passados mais de 90 dias, o decreto não foi editado. Aprovado na Câmara no início de julho o texto agora depende de aprovação no Senado.

Neste olhar sobre a conjuntura não se pode deixar de observar que as demandas judiciais contra procedimentos de demarcações de terras são cada vez mais expressivas. E raras têm sido as decisões que acolhem, de maneira favorável, os direitos e interesses indígenas. Normalmente as decisões têm um caráter liminar, e suspendem os procedimentos demarcatórios até que o mérito seja decidido pelo STF ou STJ. Em função destas manobras jurídicas, os processos se arrastam por décadas sem que haja uma solução para o litígio imposto. Com isso, as possibilidades dos povos indígenas ocuparem suas terras se tornam cada vez menores, mesmo aquelas que comprovadamente sejam de uso tradicional ou as necessárias para a sua sobrevivência física, como nos casos das terras Guarani-Kaiowá, em Mato Grosso do Sul, e do povo Guarani, no Sul e Sudeste do Brasil.

Outro tema igualmente relevante, que afeta diretamente os povos indígenas, são os grandes projetos econômicos, fundamentalmente aqueles relativos à exploração mineral, hídrica, madeireira, do agronegócio e dos agrocombustíveis. Estes projetos são apoiados e financiados, na maioria, pelo Governo Federal, através de recursos oriundos do BNDES, e estão inseridos como prioritários dentro do PAC. De acordo com levantamento realizado pelo Cimi, 426 projetos afetam terras indígenas. Reiteradas vezes o presidente Lula manifesta-se em veemente defesa do Plano de Aceleração do Crescimento, insinuando, inclusive, que seus projetos serão implementados a qualquer custo, como ocorreu no caso da Transposição do rio São Francisco, da hidrelétrica do rio Madeira e como acontece com Belo Monte, no rio Xingu.

Merece também uma avaliação a postura do presidente Lula, principal-



mente nos seus discursos quando faz a defesa dos grandes empreendimentos econômicos, especificamente das empreiteiras prestadoras de serviços na área da infra-estrutura como estradas, barragens, da construção civil (empresas que na sua maioria enriqueceram através das concessões nas eras militar e do governo FHC). Lula esteve recentemente em Altamira (PA) e, protegido por um forte aparato de segurança, disse (nestes termos) que quando era jovem fazia passeatas e protestos sem saber do que se tratava e que era ingênuo e mal informado sobre as causas que defendia. Ele se referia aos protestos em função da construção da hidrelétrica de Itaipu, nos anos de 1970, comparando com os protestos realizados atualmente contra Belo Monte. Assim, para o presidente, as manifestações contrárias à obra são atos de pessoas sem informação, e não o resultado de longos processos de reflexão, baseados em experiências anteriores e fruto de uma convicta posição política em defesa dos povos, das comunidades, do meio ambiente, dos recursos hídricos.

Não podemos esquecer que o presidente Lula foi eleito pelas causas que ele defendia, e agora, depois de dois mandatos, afirma que aquelas causas eram ingênuas. Comprova, com isso, que ele governa não para os que o elegeram, mas para aqueles que doaram milhões de reais para a sua campanha de reeleição. As empreiteiras e os bancos injetaram mais de R\$ 24 milhões para os cofres de seu partido, sendo que as empreiteiras, lideradas pela Camargo Correa, injetaram R\$ 12,5 milhões na campanha presidencial do petista, enquanto o setor financeiro contribuiu com R\$ 11,9 milhões.

E, ao que tudo indica, na disputa eleitoral que vem sendo travada entre a candidata governista e o da oposição, os temas que envolvem os povos indígenas serão tratados com desprezo, visto que

nas análises partidárias “os índios” atropalham mais do que ajudam. Já para os segmentos empresariais, latifundiários, empreiteiras que financiam as campanhas políticas, a exploração indiscriminada dos recursos naturais em terras indígenas tem muita importância.

Também vale a pena considerar, tratando-se da conjuntura, o modo como o governo tem administrado os recursos disponíveis para as políticas públicas, e como se deu, neste primeiro semestre de 2010, a execução das ações previstas em cada rubrica do Orçamento Geral da União. Do total de recursos destinados à causa indígena, menos de um quarto foi utilizado até o momento. Em relação à demarcação das terras indígenas, por exemplo, em seis meses a Funai gastou apenas 4,6% do valor orçado para o ano (que é de R\$ 32 milhões). Assim também os problemas com a política de atenção à saúde indígena não se devem à falta de verbas, já que, ao longo destes seis meses, a Funasa utilizou apenas 1% do orçamento destinado à estruturação de unidades e ao atendimento a estes povos. E há, ainda, os casos em que não houve execução orçamentária neste período – nas rubricas conservação e recuperação da biodiversidade em terras indígenas; fomento à gestão ambiental em terras indígenas e fomento a projetos direcionados à cultura dos povos indígenas.

Diante deste quadro conjuntural, pode-se dizer que as perspectivas não são nada favoráveis aos interesses e direitos dos povos indígenas. O embate a ser travado transcende as disputas no âmbito das políticas assistenciais, e precisa se dar, prioritariamente, no campo das definições políticas: trata-se de uma luta contra o grande capital e contra certas concepções governamentais de desenvolvimento. Ou seja, as lutas dos povos indígenas e de seus aliados terão que considerar fatores sociais, políticos, culturais e jurídicos. ■

Manifestações contra o Decreto nº 7056/09 e as grandes obras do governo federal marcaram o primeiro semestre de 2010

Indígenas do Sul pedem mudanças na Funasa

Equipe Florianópolis
Regional Cimi Sul

Cerca de 300 indígenas Kaingang, Guarani e Xokleng de diversas aldeias do sul do Brasil ocuparam, entre os dias 14 e 16 de junho, a sede da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), localizada em Florianópolis (SC). Os indígenas exigiam da presidência do órgão solução para a falta de assistência às comunidades indígenas da região. O prédio ficou fechado e não houve expediente, os funcionários foram liberados e os indígenas entraram em contato com a sede do órgão em Brasília, para que o presidente da Fundação fosse até Florianópolis apresentar uma solução à pauta.

Já no dia 16, após longas negociações, os indígenas desocuparam a sede da Fundação. Eles enviaram a pauta de reivindicação à Funasa em Brasília e receberam como resposta que as “despesas previstas no Plano de Trabalho poderão ser aditivadas...”. A falta de confirmação de que iriam assumir o Plano de Trabalho revoltou os indígenas, que decidiram permanecer na sede do órgão. Porém, após manifestação da procuradora da República, Analúcia Hartmann, de que a expressão “pode-



Foto: Cimi Regional Sul



ção”, em linguagem jurídica é entendida como certeza, os indígenas decidiram desocupar a Funasa.

Incompetência dos gestores

A decisão de ocupar a sede do órgão ocorreu após todas as possibilidades de negociação se esgotarem. A situação vem se arrastando há anos, mas a incompetência dos gestores da saúde indígena e a transformação da Funasa em espaço político eleitoral estão levando a saúde indígena a um colapso geral. Usando como argumento o Acórdão do Tribunal de Contas da União – TCU-823/2004, no qual o tribunal questionava a terceirização dos serviços e obrigava a Funasa a oferecê-los, o convênio com a OSCIP Associação Rondon Brasil foi parcialmente cancelado. Porém, não

foram oferecidos serviços em substituição, ficando prejudicados os serviços de compra de medicamentos, serviços funerários, hospedagem, refeição para pacientes em trânsito, gêneros alimentícios para pacientes e equipes, órteses e próteses.

A falta de recursos não é problema, pois no caso de alguns serviços transferidos para empresas privadas, os valores ficaram quase 10 vezes mais caros, como no atendimento de urgência/emergência, que passou de R\$ 155 mil reais/ano para R\$ 1.450 milhão/semestre com empresa privada, sem licitação.

Os indígenas já haviam se reunido com a procuradora da República no dia 8 de abril e propuseram a intervenção do MPF. Também pediram a investigação do contrato dos serviços de urgência/

emergência. No dia 11 de maio solicitaram também à 6ª Câmara de Comissão e Revisão do MPF, uma investigação e a intervenção no caso. Nada disso alterou a inoperância da Funasa. A solução encontrada pelas lideranças foi a ocupação do órgão.

Outra reivindicação dos indígenas é a implementação da Secretaria de Saúde Indígena pelo Ministério da Saúde, em atendimento à Medida Provisória nº 483 de 24 de março de 2010, assinada pelo presidente Lula. A nova secretaria será responsável pelo atendimento à saúde da população indígena. A suspeita das próprias lideranças é de que essa mudança ainda não ocorreu por pressão da própria Funasa, que deseja permanecer na gerência dos recursos da saúde indígenas. ■

Indígenas ocupam sede da Funasa em Florianópolis por melhorias no atendimento à saúde

“O Cerrado, dentre os biomas brasileiros, é o mais importante”

A afirmação é do professor Altair Barbosa, assessor do 1º Seminário sobre Mudanças Climáticas e Justiça Social da Região Centro-Oeste

Marline Dassoler
participante do Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Social

Entre os dias 28 e 30 de julho, aconteceu o 1º Seminário sobre Mudanças Climáticas e Justiça Social da região Centro-Oeste. Na pauta do encontro estavam os estudos acerca das mudanças climáticas ocorridas no cerrado brasileiro. O evento aconteceu no Instituto São Boaventura, em Brasília.

Diversas lideranças sociais de Goiás, Mato Grosso do Sul, Tocantins e Distrito Federal participaram do seminário. O evento ainda contou com a presença de representantes dos povos indígenas e de entidades, como as Pastorais Sociais da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), a Cáritas, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB) e a organização não governamental Paz e Natureza.

Durante o seminário, fez-se um levantamento da realidade regional apontando os sinais das mudanças climáticas, seus efeitos na vida da população,



Fotos: Marline Dassoler



especialmente a mais empobrecida, e a interpretação que se tem feito destes sinais. Todos os participantes concordaram que as mudanças estão cada vez mais visíveis e afetam, de forma direta, dentre outras, a produção agrícola, as águas e as estações do ano.

Segundo o professor da Universidade Católica de Goiânia, Altair Barbosa, que assessorou o evento, o cerrado, dentre os biomas brasileiros, é o mais importante. Isso se justifica pela captura de Gás Carbônico (CO₂), feita pela flora, e da alta absorção das águas das chuvas no solo. Estas águas dão origem aos mais importantes rios do Brasil e abastecem os lençóis subterrâneos que mantêm os três grandes aquíferos brasileiros, o Guarani, o Urucuaia e o Bambuí.

Partindo de algumas observações feitas pelo assessor, os participantes apresentaram alternativas práticas e iniciativas desenvolvidas em algumas regiões, tais como, a elaboração de cartilha explicativa sobre a preservação

do cerrado e a constituição de um fórum de entidades para a defesa do cerrado. Por fim, fez-se um planejamento com o objetivo de dar continuidade à reflexão e à mobilização regional sobre a temática.

Cerrado

O cerrado foi formado na Era Cenozóica e possui cerca de 65 milhões de anos, sendo, portanto, o mais antigo dos biomas. Hoje, o cerrado se encontra no ápice da sua devastação, restando preservado somente 25% de sua extensão. Outro elemento bastante preocupante é que este bioma apresenta pouca capacidade de regeneração.

Agenda

O Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Social está promovendo outros seminários sobre a mesma temática, a serem realizados nas seguintes datas e regiões: Na região Amazônica, de 16 a 18 de agosto, em Belém (PA); na região Sul, de 30 de agosto a 1 de setembro, em Lages (SC); e na região Nordeste, de 23 a 25 de setembro, em Recife (PE). ■

Seminário discute mudanças climáticas ocorridas no Cerrado brasileiro



Manifestações contra Belo Monte serão intensificadas por movimentos sociais

Cleymenne Cerqueira*
Repórter

Persistentes manifestações foram realizadas contra a usina de Belo Monte e a visita do presidente Lula a Altamira (PA), região Norte do Brasil. Na terça-feira, 22 de junho, centenas de ribeirinhos, ambientalistas, membros de movimentos sociais, estudantes e demais atores sociais contrários à construção da hidrelétrica de Belo Monte se reuniram para manifestar descontentamento com a atitude “ditatorial” do presidente.

Foi um momento histórico na vida dos movimentos sociais da região. Do dia 14 ao dia 21 de junho foram realizadas diversas reuniões com o objetivo de articular ações de protesto contra a construção da hidrelétrica. O momento foi mais que oportuno, já que Lula viria a Altamira falar de projetos como o Luz Para Todos, asfaltamento da Transamazônica, BR 163, mineração em Marabá, barragens no rio Tapajós e usina de Belo Monte.

Os movimentos contrários a tais obras propostas pelo governo federal sabem que a pauta principal da visita seria Belo Monte, um dos grandes motes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que está sendo empurrado goela abaixo, como afirma o bispo da Prelazia do Xingu e presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), dom Erwin Kräutler.

Várias ações foram planejadas para receber o presidente e mostrar a ele toda a insatisfação em relação à Belo Monte. No dia 21, por volta das 5h, cerca de 400 manifestantes, entre moradores de Altamira, agricultores familiares, ribeirinhos e representantes de movimentos sociais, fecharam a rodovia Transamazônica na altura do km 18, trecho de Altamira a Marabá.

Durante o bloqueio diversas faixas acusavam o Estado de desrespeito aos povos indígenas do Xingu, ameaçados pelo crescimento da pobreza, violência e problemas ambientais. O protesto foi encerrado às 15h, após o grupo avaliar que o recado já havia sido dado.

Na manhã do dia 22, com carros de som e disposição para mais uma batalha,

os manifestantes começaram o grito contra a usina. O grupo se concentrou na Praça do Matias, na orla do cais de Altamira, de onde seguiu em passeata para o estádio Bandeirão, local em que Lula estava para lançar a pedra fundamental dos projetos Luz para Todos e Belo Monte, bem como o asfaltamento da Transamazônica.

Infelizmente, o que se viu aí, novamente, foi o descaso do poder público com os interesses dos povos indígenas. Os manifestantes foram impedidos de entrar no estádio. “Essa atitude foi mais uma prova do governo ditatorial que temos, que não escuta a população e privilegia interesses de poucos”, afirmou Michel Alves, do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB).

Alguns manifestantes, no entanto, conseguiram furar o bloqueio dos seguranças e de todo o aparato policial. Eles entraram no estádio e se colocaram claramente contra Belo Monte, conseguindo em alguns momentos deixar o presidente irritado. O grupo, que era pequeno, apenas 20 pessoas, deu o recado com uma faixa onde se lia “Não queremos Belo Monte”.

Para Antônia Melo, do Movimento Xingu Vivo para Sempre, a ida de Lula a Altamira para oficializar a construção da usina foi um desacato. “Mais uma vez o presidente mostrou sua arrogância e prepotência ao lidar com as questões apontadas pelos povos indígenas e demais comunidades que serão atingidas pela obra”.

Forte esquema de segurança

O forte esquema de segurança montado para receber o presidente e demais agentes do poder público chamou atenção. Todo o aparelho de segurança do Pará estava destacado em Altamira – Polícia Federal, Força Nacional, Exército, polícias Militar e Civil e Guarda Municipal – sem mencionar o grande número de seguranças particulares que faziam um cordão de isolamento para barrar a chegada dos manifestantes aos locais em que Lula passava.

“O que aconteceu foi um forte esquema de repressão contra nossa entrada.

Revistaram nossas bolsas numa atitude autoritária e não nos deixaram entrar. Apenas 20 pessoas, de um grupo de 400, conseguiram acompanhar a fala do Lula. Nós éramos minoria lá dentro, mas fomos firmes e fortes e conseguimos dar o nosso recado: Não queremos Belo Monte”, afirmou Melo.

Não bastando a força policial, a visita ainda contou com a proteção de diversos militantes do Partido dos Trabalhadores (PT) e com um helicóptero que durante toda a manifestação sobrevoava o grupo com a intenção clara de intimidá-lo. O clima ficou tenso e em alguns momentos, houve inclusive bate boca entre os militantes e os manifestantes.

Próximos passos

No dia 23 de junho, os movimentos sociais, universitários, professores, comunidades indígenas e ribeirinhas se encontraram para avaliar as manifestações e traçar estratégias para as próximas ações contra a obra. Para Melo as ações dessa semana foram muito positivas. “Foi um passo a mais na luta contra Belo Monte. Sabemos que é uma batalha entre Davi e Golias, uma briga desigual, com o governo fazendo uso de estratégias sujas e desonestas, como cooptação, ameaças, perseguições e intimidações, mas não vamos desistir”.

O grupo vai intensificar a luta junto às comunidades, principalmente aquelas que serão atingidas. Nos próximos meses visitarão, de porta em porta, as famílias que vivem nesses locais para terem um retrato da real situação. Para os movimentos contrários a Belo Monte os dados apresentados pelo governo não correspondem à realidade.

“Nós dos movimentos sociais vamos continuar pressionando o governo e, principalmente, buscando apoio da sociedade. Continuamos na resistência, acionando a Justiça e os órgãos federais que estão sendo coniventes, apoiando o governo Lula nesses crimes cometidos por meio da construção de Belo Monte”, declarou Melo. ■

* Com informações do Cimi Regional Norte 2, Equipe Altamira.

Indígenas do Pará reafirmam posição contrária à usina

Entre os dias 4 e 6 de junho, os povos indígenas da região do Xingu se reuniram em Altamira para discutir Belo Monte. Para a maioria das comunidades, o empreendimento é um equívoco e vai acabar com a natureza que os sustenta. Mas, de acordo com os próprios indígenas, existem comunidades que foram convencidas pelo governo federal com promessas de que a usina trará desenvolvimento para a região. *Segue, abaixo, trechos da carta dos indígenas sobre a reunião.*



Nós, povos indígenas do rio Xingu, viemos, através dessa carta, manifestar nosso sentimento de decepção e afirmar o quanto nosso povo está insatisfeito com o governo brasileiro pelo processo de decisão sobre a construção da hidrelétrica de Belo Monte.

O governo Lula está a favor desse empreendimento e, portanto, ignora todas as tentativas de diálogo que alertam sobre as consequências negativas que a usina trará a todos os povos indígenas da Bacia do Xingu.

O rio Xingu está ameaçado, pois a hidrelétrica de Belo Monte afetará os recursos naturais, que incluem a caça, a pesca, o transporte, impactando e prejudicando diretamente a vida de todos os povos indígenas e as comunidades do entorno que dele sobrevivem.

Revoltados com essa situação, nós reafirmamos nossa posição contrária à obra. Registramos aqui também nossa insatisfação com a forma desrespeitosa com que estamos sendo tratados por Luiz Inácio Lula da Silva e Márcio Augusto Meira, por terem não só apoiado a decisão de construir Belo Monte, sem antes nos consultar, mas também por ter ignorado e violado a Constituição Federal, que afirma o legítimo direito à consulta livre e prévia das comunidades indígenas, ribeirinhos e demais, Convenção 169 da OIT e Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

Declaramos nossa decisão unânime de permanecer na luta contra o projeto. E afirmamos que não vamos abandonar os nossos direitos.

Exigimos respeito aos povos indígenas da Bacia do Xingu, os primeiros habitantes e defensores deste território. ■

Indígenas do Pará e movimentos sociais se mobilizam contra construção de Belo Monte

O sangue da floresta

Cesar Teixeira

Jornalista do Jornal Vias de Fato/MA

Hubinet Ka'apor, 38 anos, foi assassinado a pauladas no município Centro do Guilherme a mando de fazendeiros que praticam a extração ilegal de madeira na Terra Indígena Alto Turiaçu. Enquanto jorra o sangue dos filhos da floresta, o lucro fácil dos madeireiros se apoia nas dificuldades do governo federal em controlar as invasões sem contrariar os interesses da política ficha-suja do país.

Um grupo de índios Ka'apor esteve em São Luís (MA) no dia 27 de maio, com o apoio do Cimi Regional Maranhão, para denunciar junto à Procuradoria Geral da República e à Polícia Federal o aumento de invasões e o agravamento da violência dos madeireiros contra as comunidades da Terra Indígena Alto Turiaçu, incluindo assassinatos de lideranças.

O cacique Rerõe Ka'apor, da aldeia Axinguiená, relatou que no dia 17 de maio procurava por seu parente Hubinet Ka'apor, de 38 anos, que havia ido ao Centro do Guilherme fazer compras. A liderança foi, então, informada que seu parente havia sido assassinado a pauladas nas imediações da cidade por desconhecidos que estavam num bar junto a uma ponte, e depois jogado no rio.

O cacique encontrou o corpo enterrado de cabeça para baixo, tendo em seguida avisado à Polícia Militar, que recolheu a vítima e a conduziu ao necrotério do Centro do Aguiar. Rerõe levou o cadáver para a aldeia, mas não sabe informar se foram realizados exames ou perícia. "Ninguém foi preso até agora, isso não é justo", acrescentou.

A denúncia sobre o aumento da invasão madeireira e o assassinato do índio Hubinet Ka'apor já havia sido feita três dias antes ao Ministério Público Federal do Pará pelo cacique Valdemar Ka'apor, da aldeia Xiepihurená, tendo em vista a proximidade de Belém com a reserva indígena.

Razões para matar

Segundo o cacique Valdemar, tradutor do grupo indígena, dias antes do crime houve uma discussão entre moradores da aldeia Axinguiená e um madeireiro da região, que os ameaçou de morte. A ameaça aconteceu porque no mês de abril os indígenas tomaram por duas vezes armas e motosserras de empregados do madeireiro que retiravam ilegalmente madeira da reserva.

Para os índios Rerõe, Faustino Rossi e Itahu, que vieram a São Luís fazer a denúncia acompanhados pelo cacique Valdemar, esta teria sido a verdadeira causa da morte do índio Hubinet Ka'apor. Eles esperam que os órgãos federais tomem providências para acabar com o clima de violência que se alastrou nas áreas indígenas.

"Nós precisamos de justiça, por isso a gente fica se arriscando aqui e acolá. Se não tivesse órgãos de justiça, a gente mesmo poderia matar e morrer até o fim, mas como existe a justiça, viemos pedir proteção às autoridades", resume Valdemar.

Comércio indecente

A violência decorrente da extração ilegal de madeira há anos aterroriza o povo Ka'apor, mesmo com a demarcação de sua terra, homologada em 1982, com uma área de 530.520 hectares. Desde fins de 1980, cerca de um terço da área tem sido devastada por madeireiros, cedendo lugar a pastagens e povoados clandestinos, para onde aflui toda a sorte de gente, abalando a tranquilidade das 12 aldeias, com cerca de 1.600 pessoas.

Em 1999, as matas da aldeia Xiepihurená começaram a ser sistematicamente invadidas por peões de sete serrarias (atualmente são 12) instaladas no entorno. A situação se prolongou até 2001. Pistoleiros chegaram a manter 60 índios prisioneiros durante vários dias, o que motivou ação conjunta do Ministério Público Federal e da Polícia Federal, que ali manteve durante dois anos uma base para afastar os infratores.



Fotos: César Teixeira

Depois disso, a violência na região continuou, pois os grileiros parecem imunes às leis que garantem a integridade das reservas indígenas. Entre eles, o fazendeiro Antonio Chaves, dono da Fazenda Mercantil, que ocupa parte da Terra Indígena Alto Turiaçu e Awá-Guajá. Apesar de estar sendo processado judicialmente pelo Ministério Público Federal, Chaves insiste na devastação da reserva.

Em fevereiro de 2008, nova denúncia foi encaminhada ao MPF, em São Luís, registrando a entrada de madeireiros pelas fronteiras com os municípios de Maracaçumé, Centro do Guilherme, Santa Luzia do Paruá e Zé Doca, neste caso tendo como bases os povoados Ebenezer e Vitória da Conquista, incrustados dentro da área Terra Indígena Awá-Guajá, homologada em 2005.

As invasões concentram-se nas aldeias Axinguiená e Ximborendá – além dos povoados Maronata e Xapu, na área Guajá – e seus protagonistas comercializam à luz do dia, sem nenhum impedimento, madeiras nobres com as serrarias e fábricas de compensados como a Rio Concrem Industrial Ltda., com sede no município de Dom Eliseu, no Pará.

As faces da polícia

Os Ka'apor também denunciam Josimar Cunha Rodrigues, prefeito do município de Maranhãozinho. Além de praticar crimes ambientais na sua própria cidade (derrubando árvores e ocupando espaços públicos), o prefeito incentivava a invasão da reserva com o propósito de cobrar pedágio dos madeireiros que saem de lá nos caminhões, ameaçando denunciá-los ao Ibama e à Polícia Federal, caso se neguem a pagar.

Já em Centro do Guilherme, em outubro de 2009, a PF fechou um garimpo existente nas terras Ka'apor, às margens do Rio Gurupi, numa operação conjunta com o Ibama, a Funai, a Polícia Militar e Força Nacional. Oito pessoas foram presas, entre elas o vice-prefeito do município, Francisco Pedro Monroe, acusado de ser o responsável pela área.

Valdemar Ka'apor afirma que, muitas vezes, as equipes da PF enviadas para a região são cooptadas pelos fazendeiros, que lhes oferecem dinheiro, bebidas e mandam matar cutia, bode, carneiro e outros animais para fazer churrasco. "Enquanto a polícia dorme, os madeireiros

entram e saem durante a noite levando a madeira que ficou escondida na mata", desabafa o cacique.

No rastro dos madeireiros também são atraídos para a terra indígena uma infinidade de cipoeiros, plantadores de maconha e caçadores. Valdemar Ka'apor se refere ainda ao tráfico de plantas medicinais, aves e outros animais silvestres, como japeçocas, mutuns, jacus, papagaios, cutias, macacos e antas.

Para os índios Ka'apor, o desperdício promovido pela derrubada de árvores nativas, o tráfico de animais e de outros bens arrancados à força da floresta é, seguramente, como um atestado de óbito antecipado da Terra Indígena Alto Turiaçu.

Silêncio, por uma boa causa

O procurador geral da República no Maranhão, Alexandre Silva Soares, tem recomendado ao Ibama prioridade em casos envolvendo crimes ambientais e a integridade dos povos indígenas, e informa que ações concretas estão em andamento nas terras Araribóia, Caru, Awá-Guajá e Alto Turiaçu. Mas admite haver limitações orgânicas nas medidas adotadas pelos órgãos federais. "Nem sempre os resultados são os esperados", comenta.

Com relação ao homicídio de indígenas, lamenta as dificuldades na apuração dos casos, quando as polícias locais não tomam as providências devidas, pois a PF só chega alguns dias depois nas áreas afetadas, muitas delas de difícil acesso. No caso do assassinato de Hubinet Ka'apor, propôs a instauração de um inquérito policial federal e uma ação conjunta dentro da área.

Para o procurador é preciso ter atenção com a aproximação da imprensa. "A imprensa costuma desvirtuar informações, criminalizando os índios e quase sempre se colocando de forma contrária aos seus interesses".

Promovida pelas grandes redes de comunicação, a demonização dos povos indígenas está ligada aos interesses políticos e econômicos de privatização da Amazônia, ao monopólio de terras, ao agronegócio e à comercialização de madeira, celulose, minérios e carne bovina, com o aval dos ruralistas especuladores que lotam o Congresso Nacional, entre outros fichas-sujas existentes no país. ■

Indígenas Ka'apor denunciam agravamento da violência dos madeireiros contra comunidades no Maranhão.

Tsura e o povo escolhido

Por Rogério Sávio Link
Blog Entre Teologia e História

Minha reflexão parte de um trecho da teogonia apurinã. A história de *Tsura*, o herói-deus criador, é narrada e vivenciada em diversos momentos da vida diária por diferentes atores. Até o presente não ouvi a história contada do “princípio ao fim”. No entanto, tenho a impressão de que isso não seria uma prática comum, pois se trata de um conjunto de histórias que conformam a cosmologia apurinã e que podem ser acionadas individualmente em diferentes momentos. As histórias também não são sempre contadas com princípio, meio e fim. Por vezes, somente a menção do fato ou uma passagem já serve para contextualizar todo o universo da história, visto que ela é compartilhada pelo grupo. As histórias, nesse sentido, ganham coerência, vida e sentido na sua repetição constante. Ouvir uma história apenas uma única vez não significa conhecê-la. Para se conhecer, deve-se ter escutado várias vezes, pois cada vez que se conta é apenas uma abordagem parcial do enredo. Daí também residiria a dificuldade de registrar as histórias em um papel; tal tarefa é questionada, pois as histórias escritas sempre vão parecer, aos olhos de quem as conhece, como superficiais.

Uma história tem marcado a minha vivência com o povo Apurinã pela sua recorrência. Nenhuma outra história foi tão repetida em minha presença. Não vamos transcrevê-la aqui seguindo uma das narrativas; mas sim fazer uma contextualização a partir das diferentes narrativas que temos ouvido. Segue, pois, essa contextualização:

Ao criar os seres humanos, *Tsura* teria feito primeiramente o povo Apurinã, depois os demais povos, inclusive os Cariú. Por ser o primeiro e em tudo privilegiado por *Tsura*, o povo Apurinã foi criado para ser o dominador, para estar no lugar do Cariú. Assim, quando *Tsura* dispôs os armamentos para escolha dos povos, os Apurinã, mesmo sendo os primeiros, escolheram o arco e a flecha enquanto os cariú escolheram a espingarda. Quando *Tsura* dispôs o motor ou o remo, os Apurinã escolheram o remo. Em praticamente todas as narrativas,



Fotos: Rogério Sávio

pode-se perceber essa “incapacidade”, “falta de visão” ou erro grotesco dos *kiumãne* (sábios, ancestrais). Ao final da história, os narradores sempre concluem apontando para o presente. Eles afirmam que é por isso que os Apurinã sempre “dão pra trás”, que nada funciona entre eles ou que eles são desunidos.

Na primeira vez que ouvi essa história, fui tentado a interpretar como uma baixa auto-estima do povo Apurinã que se sentiria inferior aos demais povos, principalmente em relação aos Cariú que são reconhecidos como aqueles que possuem uma tecnologia muito mais avançada. Perguntava-me, então, se essa narrativa “pessimista” não teria surgido por ocasião dos contados e da subjugação dos Apurinã ao “sistema cariú”? Inclusive porque o povo Apurinã era tido como guerreiro e tem um histórico de dominação em relação aos outros povos da região. Essa índole guerreira também é aplicada para dentro do próprio grupo, pois mantinham constantes guerras entre si. Subjugados por outro povo em vista das condições bélicas superiores, poderiam ter justificado essa nova condição reinterpretando a história que originalmente afirmaria o povo Apurinã como o escolhido por *Tsura* e, portanto, como o privilegiado, como o dominador. Essa interpretação me parecia a mais correta, pois a antropologia afirma que todos os povos tendem a ser etnocêntricos.

Como essa história estava sendo repetida inúmeras vezes e sempre direcionada para mim, suspeitei de que ela pudesse estar sendo utilizada para construção de realidades e alianças e

não como uma história de baixa auto-estima. A suspeita aumentou quando ouvi a história de *kairiku* e de *Iputuxity*. Essas são terras originárias, sagradas, nas quais todos e todas as coisas são imortais. Os Apurinã se consideram como um povo em transição entre esses dois mundos de perfeição. Eles teriam saído do *Kairiku* e deveriam chegar ao *Iputuxity*. Nas narrativas, os Apurinã afirmam que iniciaram a marcha seguindo outro povo, os *Otsamanery*, que teriam completado a viagem até *Iputuxity*, enquanto os Apurinã teriam ficado na terra do meio, a terra na qual as coisas definham e morrem. Os Apurinã ficaram porque se distraíram com as frutas e com a beleza do lugar; deixaram-se levar pelas “futilidades” e perderam de vista as coisas eternas e essenciais. Enquanto eles se distraíam, o caminho entre os dois mundos foi encoberto.

Essa história revela que a auto-observação a cerca do povo Apurinã como um povo “atrapalhado”, ou “descuidado” com o legado de *Tsura*, é mais antiga do que a época do contato. Desvela uma compreensão de mundo e uma ética permeada pelas ambiguidades. Embora tenham o potencial de fazerem as coisas certas, as escolhas equivocadas do dia-a-dia podem levar ao erro, ao desastre. Em outras palavras, essa cosmovisão representa a condição humana, representa a realidade como ela é, ou seja, que as pessoas e os sistemas são falhos. No entanto, ela também quer apontar para o compromisso. A história é repetida na tentativa de se evitar o erro, de mobilizar as pessoas em função de alguma idéia, de algum objetivo. O

discurso é utilizado para indicar a necessidade de união e de cooperação.

A palavra que os Apurinã utilizam para nomear suas lideranças atuais é *Kiumãnety* que é derivada de *kiumãne*, aquelas lideranças antigas que, embora muito respeitadas pela sua ancestralidade, falharam em suas escolhas para com o povo. Representa, portanto, uma continuidade entre as lideranças antigas que se equivocaram e a esperança de que as lideranças novas não venham a incorrer no mesmo erro. Quando a liderança é quem está narrando aos outros a história, representa a necessidade do povo dar apoio e seguir a liderança nas suas decisões. Direcionada para minha pessoa, essa história tem a intenção de afirmar a aliança estabelecida entre os Apurinã e o COMIN, num compromisso claro de que eles sabem das possibilidades de falhas e fracassos, mas que estão dispostos a dar o máximo de si – e também pedir o máximo da entidade parceira – para que os projetos dêem certo.

Assim, de forma conclusiva, podemos dizer que as histórias que aparentemente apresentam o fracasso ou uma suposta baixa auto-estima não querem afirmar a inferioridade Apurinã em relação aos outros povos, às outras culturas. Quando elas são acionadas, querem justamente dar esperança e afirmar aos ouvintes que o povo Apurinã é um povo eleito e que com cooperação e dedicação para “fazer a coisa certa” eles vão triunfar em seus projetos. Elas têm, portanto, a intenção de comprometer os ouvintes com os projetos coletivos do povo Apurinã. ■

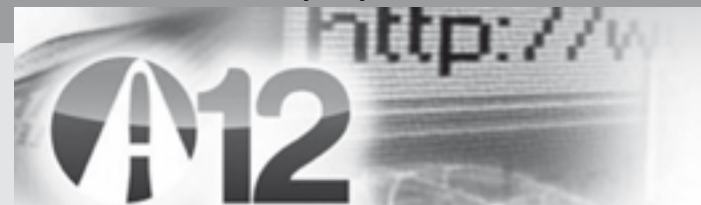


Comunidade Apurinã durante processo de fabricação de cerâmica

Ouça o Potyrõ

Todos os **sábados e domingos**, às **12h35**,
dentro do Programa Caminhos da Fé, na **rádio Aparecida**.
A transmissão é para todo o Brasil. **820 kHz**

Também estamos on line pelo portal www.a12.com



Relatório de Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil

A estreita relação entre os conflitos pela posse da terra e a violência

Cleyenne Cerqueira
Repórter

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) divulgou na tarde do dia 9 de julho o Relatório de Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil. Os dados apresentados são referentes às violações de direitos praticadas contra os indígenas em 2009. Dentre as principais violências apontadas pela publicação estão: danos ao patrimônio, assassinatos, ameaças de morte e mortes por desassistência à saúde.

O objetivo do relatório é denunciar e chamar a atenção da opinião pública para a situação desumana em que vivem muitos indígenas no país. As comunidades do povo Guarani Kaiowá, em Mato Grosso do Sul, que vivem acampadas à beira de rodovias, confirmam os dados apresentados pela publicação. Eles são ameaçados, torturados e atacados porque lutam pela garantia de seus direitos, como a posse da terra, dado que comprova o fato de que grande parte das violências estão relacionadas a conflitos fundiários.

Para dom Erwin Kräutler, presidente do Cimi e bispo da

Prelazia do Xingu (PA), o relatório deve chegar às mãos dos agentes dos governos federal e estadual para que se coloque um basta na violência contra os indígenas. “O sangue derramado desse povo clama aos céus. O projeto desenvolvimentista do governo está sendo construído sobre os cadáveres dos indígenas. O que tem mais valor, as grandes obras ou a vida humana, a família?”, indaga Kräutler.

Lucia Helena Rangel, que é professora da PUC/SP e coordenou a pesquisa, destaca que o mais importante da publicação não é chegar a uma conclusão de que a violência contra os indígenas tem aumentado ou diminuído ao longo dos anos. “Embora possamos falar de um

aumento de casos de violências contra esses povos nos últimos dez anos, isso não é o mais significativo, pois os números destacados no relatório não podem ser trabalhados estatisticamente”, afirmou a coordenadora.

Para Roberto Liebgott, vice-presidente do Cimi, o Relatório vem mostrar “a omissão como opção política do governo federal em relação aos povos indígenas”. Tal atitude implica em diferentes formas de violências, como a não demarcação de terras, falta de proteção das terras indígenas, descaso nas áreas de saúde e educação e a convivência com a execução de lideranças, ataques a acampamentos e outras agressões por agentes de segurança, ataques a indígenas em situação de isolamento, tortura por policiais federais, suicídios entre outras.

O relatório foi produzido com base nos relatos dos missionários do Cimi e nas informações divulgadas pela imprensa. A publicação está dividida em quatro capítulos – violência contra o patrimônio; violência contra a pessoa praticada por particulares ou por agentes do poder público; violências provocadas por omissão do poder público; e violência contra os povos indígenas isolados ou de pouco contato. O Cimi ainda apresenta este ano uma tabela com o nome das terras indígenas sem providências.



Fotos: Assessoria de Comunicação da CNBB e Paul Waters



A publicação será enviada aos órgãos do poder público, entidades que trabalham em prol da garantia dos direitos humanos e organismos internacionais. “Os relatórios não ficarão em cima da mesa”, afirmou dom Erwin.

“Racismo Institucional”

Os casos de violência contra os povos indígenas não cessam. No Relatório, que traz os dados referentes ao ano de 2009, mais uma vez chama atenção a concentração de casos de violação de direitos no Mato Grosso do Sul, especialmente os relacionados ao povo Guarani Kaiowá. No estado, onde vive a segunda maior população indígena do país, mais de 53 mil pessoas, os direitos constitucionais desses povos são mais que ignorados.

ANISTIA INTERNACIONAL

Graves violações de direitos humanos em MS

O Relatório da Anistia Internacional confirma as violências apontadas pelo relatório do Cimi. De acordo com o documento, o MS continuou sendo foco de graves abusos contra os direitos humanos dos povos indígenas no Brasil.

“O governo estadual e o poderoso lobby dos produtores rurais fizeram uso dos tribunais para impedir a identificação de terras indígenas. Comunidades Guarani-Kaiowá foram atacadas por pistoleiros e por seguranças contratados por fazendeiros locais”.

EM OUTUBRO, índios do povo Guarani-Kaiowá do acampamento Apyka'y, que haviam sido expulsos de

suas terras tradicionais em abril e que estavam vivendo em condições extremamente precárias à beira de uma rodovia, próximo a Dourados, no Mato Grosso do Sul, foram atacados no meio da noite por seguranças armados empregados de proprietários de terras locais. Suas casas foram incendiadas e um indígena levou um tiro na perna.

EM NOVEMBRO, dois professores indígenas, Genivaldo Vera e Rolindo Vera, desapareceram durante um violento despejo da terra Pirajuí. Eles foram levados à força no dia 30 de outubro, por um grupo de homens armados. No dia 7 de novembro, o corpo de Genivaldo Vera foi encontrado em um córrego, com ferimentos

compatíveis com tortura. Rolindo Vera continua desaparecido.

EM DEZEMBRO, o presidente Lula decretou a homologação de nove áreas indígenas nos estados de Roraima, Amazonas, Pará e Mato Grosso do Sul. Uma semana após o anúncio, o Supremo Tribunal Federal aceitou um recurso, interposto por fazendeiros, que suspendia o decreto presidencial referente à reserva Guarani-Kaiowá de Arroio-Korá (MS). A decisão do STF fundamentou-se, em parte, nos comentários vinculados à decisão sobre Raposa Serra do Sol, a qual requer que as reivindicações por terras estejam baseadas na ocupação da terra em 1988, quando a Constituição foi promulgada.



Missionários do Cimi participam do lançamento do Relatório de Violência Contra os Povos Indígenas – 2009

Criminalização: indígenas do país são vítimas de perseguição e violência

O Relatório aponta que há um crescente processo de criminalização de lideranças e a intensificação de ações contra os indígenas e suas lutas em diversos estados do país. Os casos que mais chamam atenção foram os praticados contra os Tupinambá, na Bahia, e o grande número de lideranças Xukuru, de Pernambuco, perseguidas.

Em junho de 2009, cinco indígenas da comunidade Tupinambá da Serra do Padeiro, município de Buerarema, foram capturados e agredidos pela Polícia Federal. Durante a ação, eles foram algemados, imobilizados no chão e receberam fortes

doses de um produto químico, conhecido como gás de pimenta, nos olhos. Exames comprovaram ainda que três deles receberam choques elétricos na região dorsal e genital. Essas agressões, praticadas com requintes de crueldade e tortura, tinham por objetivo intimidar os indígenas para que saíssem da terra que tradicionalmente ocupam.

Trinta e cinco lideranças do povo Xukuru estão sendo criminalizadas. Elas foram indiciadas e processadas por diversos crimes, quando na verdade seguem firmes na luta pelo reconhecimento de seu território tradicional.

Violência dos grandes projetos

O Relatório ainda apresenta dados sobre violências e danos ao meio ambiente decorrentes da omissão do poder público, como a morosidade na demarcação das terras indígenas e os conflitos fundiários.

Outros dados fazem referência aos danos causados pelos grandes projetos do governo federal. As obras vão desde pequenas centrais hidrelétricas a programas de ecoturismo, gasodutos, exploração mineral, ferrovias e hidrovias. Tais projetos impactam territórios indígenas e afetam a vida de diversos povos, inclusive aqueles que têm pouco ou nenhum contato com a sociedade envolvente.

Exemplo de tais obras é a hidrelétrica de Belo Monte, que poderá ser construída no rio Xingu (PA). O projeto preconizado pelo governo como sendo fonte de desenvolvimento, na verdade, trará consequências desastrosas e irreversíveis ao meio ambiente e às comunidades da região. Diversos especialistas e movimentos sociais já apontaram o número sem fim de irregularidades que envolvem a obra, como o não respeito à Convenção 169 da Organização Internacional do

Trabalho (OIT), que assegura o direito de oitiva às populações em caso de obras que lhes afetem.

Para dom Erwin, dizer que os indígenas da região não serão atingidos é pura mentira. “Como essas comunidades não serão atingidas, se ficarão sem água? O governo diz que nenhuma terra indígena será alagada pela construção, e isso é verdade. No entanto, ele esquece de dizer que parte do rio secará e as comunidades ficarão sem água, sem peixe e sem formas tradicionais de sobrevivência”.

“Para os povos indígenas, a terra é fonte e mãe da vida, o espaço vital, a garantia da existência e reprodução enquanto coletividades específicas e diferenciadas. A defesa do território equivale à defesa da sobrevivência material e espiritual. Por tudo isso, os indígenas reivindicam que seja reconhecido e respeitado o direito às suas terras tradicionais”, afirmou dom Erwin.

Dom Erwin defende que “o Brasil poderia dar ao mundo um exemplo de cuidado mais esmerado com o meio-ambiente e, ao mesmo tempo, de avanço na busca de fontes alternativas de energia, como a energia solar e eólica”. ■

Violências: omissão e desassistência do Estado

Em 2009 foram registrados 133 casos de violência provocados pela omissão do poder público. Entre as ocorrências, destaca-se, mais uma vez, o grande número de morte por desassistência à saúde, 41 no total. Deste número,

22 vítimas são do povo Xavante, da comunidade Parabubure, localizada no município de Nova Xavantina, Mato Grosso.

De acordo com informações dos missionários do Cimi, as mortes aconteceram em decorrência de diversas falhas no atendimento à saúde dos

indígenas em um período de dois meses. Na região não há transporte para o trabalho e prevenção das equipes de saúde, faltam colchões, medicamentos e materiais básicos, inclusive para higienização.

Outro dado alarmante é o alto índice de desnutrição. Durante o ano passado foram registrados 90 casos na comunidade Guarani Kaiowá de Dourados, Mato Grosso do Sul. Soma-se a esse número nove mortes de crianças em decorrência do baixo peso: 7 em São Paulo, uma no Tocantins e uma no Paraná.

A falta de assistência por parte do Estado ainda relaciona-se a 19 casos de suicídio e tentativa de suicídio entre os indígenas, a 41 vítimas da disseminação de bebida alcoólica e outras drogas e a 16 mortes de crianças.



Somente no ano passado, 33 indígenas foram assassinados no MS, o que representa 54% do total de 60 casos apresentado pelo relatório. Tais ocorrências são caracterizadas pela doutora em Educação Iara Tatiana Bonin como racismo institucional. “A violência sistemática registrada nos últimos anos permite afirmar que nesse estado se configura um tipo de racismo institucional, materializado com ações de grupos civis e omissões do poder público”.

Egon Heck, coordenador do Cimi Regional MS, concorda com Bonin quanto à omissão do governo federal. “O estado apresenta o maior número de ocorrências desde 2003 e nada tem sido feito para transformar essa realidade. O que prospera na região

são as usinas de etanol que incidem sobre as terras indígenas, tanto as já demarcadas quanto as que aguardam a identificação”.

Para o Cimi, há lentidão e omissão do governo federal em identificar, demarcar e homologar as terras indígenas. Somente em Mato Grosso do Sul, há cerca de 20 áreas em processo de regularização, que deveria ter sido concluído há mais de um ano, conforme Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado pelo Funai.

Seis grupos de trabalho foram escalados pela Fundação para fazer a identificação das terras indígenas nas bacias dos rios que cortam o estado, mas a atividade é impedida por meio de recursos judiciais dos fazendeiros que disputam a área. “Essa é a última estratégia para inviabilizar a identificação”, aponta Egon Heck.

“Garimpeiros são doentes, parecem cupim”

Declaração é de Davi Kopenawa, liderança e presidente da Hutukara Associação Yanomami, sobre a invasão de garimpeiros à Terra Indígena Yanomami, em Roraima

Cleyenne Cerqueira
Repórter

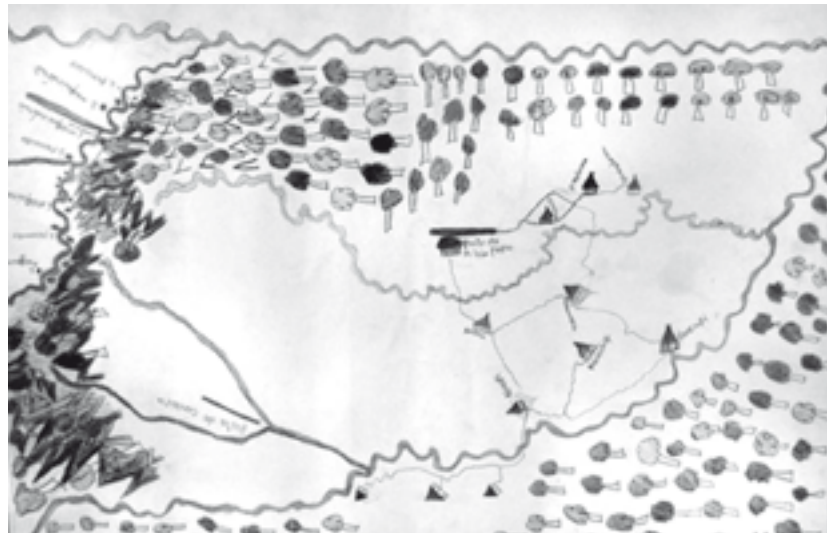
Diversas denúncias foram realizadas este ano contra a ação de garimpeiros na Terra Indígena Yanomami, em Roraima. As denúncias foram encaminhadas pela comunidade e pela Hutukara Associação Yanomami (HAY) e protocoladas na Fundação Nacional do Índio (Funai) e em órgãos federais, no entanto, nenhuma medida foi tomada pelo governo para retirar os invasores e barrar a ação de retirada de ouro e outros recursos naturais da reserva.

A atividade garimpeira aumentou muito nos últimos três anos. Atualmente, existem cerca de três mil garimpeiros, que estão nas comunidades Katrimani I, Hakoma, Maloka Papiú, Kaianaú e Parafuri. “Garimpeiros são doentes, parecem cupim. Foram expulsos e depois de dois, três meses voltaram de novo e estão no coração da nossa terra”, informa Davi Kopenawa Yanomami, presidente da HAY.

“Já falamos com Lula, com a Funai e com diversos órgãos do governo. Em setembro Lula nos prometeu retirar os garimpeiros, mas nada fizeram até agora. O Exército veio para proteger nossas fronteiras, mas não o fazem. Eles apenas ocupam nossa terra e os bens naturais que temos”, declarou Kopenawa. De acordo com a liderança, a Polícia Federal disse que está estudando como vai entrar e retirar os garimpeiros porque a terra é muito grande.

Os jovens da comunidade têm se arriscado, se aproximando dos garimpos para registrar as atividades ilegais em suas terras. Em carta divulgada em março deste ano, a Hutukara afirma que os garimpeiros estão roubando nas roças da região, poluindo rios e ameaçando os indígenas. “Eles atiraram com espingarda em um grupo que se aproximou deles na comunidade de Hoyamou e mataram um indígena Ye’kuana. Mesmo assim, nada foi feito”.

Várias pistas clandestinas podem ser vistas durante um sobrevôo à terra Yanomami. Os garimpeiros têm equipamentos e veículos que transportam o que recolhem da área, inclusive um



Fotos: Hutukara Associação Yanomami



avião. “Nós Yanomami estamos revoltados com a ousadia dos garimpeiros e isto nos lembra a época dos anos 80 quando muitos de nos morreram por causa do garimpo”, afirmam.

“Precisamos que as autoridades façam uma operação grande e bem organizada para retirar os garimpeiros que estão dentro da nossa terra e para impedir que eles voltem. Apenas retirar eles não resolve, eles sempre voltam”. A Hutukara reivindica que, além de operações de desintrusão in loco, sejam realizadas ações efetivas para desestruturar as raízes econômicas do garimpo nas áreas urbanas de Roraima - transporte, comércio e investimentos.

Descoberta das atividades garimpeiras

A exploração garimpeira na TI Yanomami começou na década de 1970 com a implantação dos projetos de de-

envolvimento lançados pelos governos militares da época. Com a construção da estrada Perimetral Norte (1973-1976), o sudeste da terra indígena foi invadido, o que possibilitou a descoberta de importantes jazidas minerais.

Kopenawa disse que os garimpos na terra Yanomami foram descobertos durante uma caminhada que fazia na área com agentes da própria Funai e da Polícia Federal. “Em 1970, cerca de 50 homens entraram na nossa terra, de avião, e começaram o garimpo. O povo não sabia o que eles queriam e somente mais tarde descobri que retiravam ouro e pedras preciosas da área”.

A descoberta de tais riquezas naturais desencadeou um movimento de invasão garimpeira na região. Situação que foi agravada no final de 1980 e tomou forma de uma verdadeira corrida do ouro. Estima-se que entre 1987 e 1990, existiam cerca de

40 mil garimpeiros na terra indígena. Embora o número de invasores tenha diminuído, hoje são cerca de três mil, os problemas decorrentes da invasão desenfreada continuam.

Desde a descoberta dos primeiros garimpos, afirma o presidente da Hutukara, ele vem pensando em como ajudar seu povo. Ele reconhece que o trabalho é difícil, pois a terra é muito grande, o que dificulta a fiscalização e a retirada dos garimpeiros, que contam ainda com a ajuda de pessoas influentes e com grande poder aquisitivo.

“O político abre estradas, arrancando árvores e raspando a pele da terra, dizendo que nos fazem um bem, mas, foi assim, que nos trouxeram também as doenças e todo tipo de problemas, como a violência. Matam nosso povo para trabalharem tranquilos, sem índios, e ganharem dinheiro”, disse Kopenawa.

Em 1991, os Yanomami, com a ajuda de entidades e organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) conseguiram expulsar cerca de 30 mil garimpeiros da região. Três meses após a retirada, o grupo voltou e foi novamente expulso pela PF. Desde então, a comunidade vive insegura com o aumento de invasores na área.

“Minha luta é essa: falar com as autoridades para ajudar meu povo. Vivo junto e se preciso for derramo meu sangue pelo meu povo”, afirma o presidente. Os Yanomami querem a ajuda e o apoio de entidades indigenistas para denunciar e cobrar providências do governo federal para a retirada dos garimpeiros de suas terras.

Terra indígena Yanomami

A Terra Indígena Yanomami cobre 96.650 km² de floresta tropical. A região, que faz fronteira com a Venezuela, tem alta relevância em termos de proteção da biodiversidade amazônica. Ela foi demarcada em 1991 e homologada pelo então presidente da República, Fernando Collor de Melo, em 1992.

Na região, onde atualmente vivem cerca de 16 mil indígenas, haviam fazendeiros que deveriam ter desocupado a terra declarada de ocupação tradicional indígena quando da sua homologação. A Funai fez levantamento fundiário e indenizou a maior parte

deles. Porém, um pequeno número se recusou a sair e recorreu a ações judiciais, perdendo em todas as instâncias.

O Tribunal Regional Federal, em 2004, reconheceu que essas terras são mesmo dos Yanomami e sentenciou que os fazendeiros devem sair da área. Dezoito anos, desde a homologação, se passaram e a situação permanece a mesma. “Queremos que a Funai faça um trabalho eficiente e providencie a desintrusão da nossa terra. Esse escândalo se perpetua por quase duas décadas e nós não queremos mais esperar”, declaram. ■

Primeiro Encontro dos Guarani no Paraná

Os Guarani exigem demarcação de suas terras tradicionais, atendimento à saúde e Educação Diferenciada e Específica

Equipe Paraná
Cimi Regional Sul

Foi realizado entre os dias 4 e 7 de junho, na comunidade Vy'a Renda Poty, município de Santa Helena, o I Encontro do Povo Guarani das regiões Oeste e Centro-Oeste do estado do Paraná.

Mais de 40 lideranças Guarani vindas das comunidades Ocoi, - São Miguel do Iguaçu; Tekohá Palmital do Meio - União da Vitória; Tekohá Y'Hovy - Guaíra; Tekohá Araguaçu - Terra Roxa; Tekohá Marangatú - Guaíra; Tekohá Nhemboeté - Terra Roxa; Tekohá Porá - Guaíra; Aldeia Itamarã - Diamante do Oeste; Tekohá Anhetete - Diamante do Oeste; Aldeia Lebre (Tapixi) - Nova Laranjeiras, Pinhal - Espigão Alto do Iguaçu, estiveram reunidas durante quatro dias para debater sobre as dificuldades e os principais problemas que afetam o povo Guarani na região.

Diversos assuntos foram abordados, em especial, as questões da demarcação das terras, do atendimento à saúde e educação e da autosustentação. No final, os Guarani entregaram um documento aos representantes de órgãos públicos que participaram do último dia do encontro. Entre as reivindicações mais urgentes, os Guarani exigem da Funai a demarcação de suas terras tradicionais e, da Funasa, o imediato atendimento à saúde.

A comunidade Vy'a Renda Poty, que sediou o encontro, localiza-se no município de Santa Helena, na costa oeste do Paraná, às margens do Lago da usina hidroelétrica de Itaipu. Em 1982, na formação da represa, a cidade perdeu um terço de seu território. Nesta época, muitas comunidades Guarani perderam seus Tekohá que ficaram debaixo d'água. Com a inundação, os indígenas foram obrigados a se retirar e se abrigaram em outras áreas indígenas do estado, sobretudo em terras do povo Kaingang.



Fotos: Cimi Regional Sul/Equipe Paraná

Nos últimos anos, os Guarani voltaram a ocupar o que restou de suas terras e reivindicam demarcação ao governo federal.

O encontro teve início com as mulheres, crianças, jovens, lideranças, caciques e os mais velhos compartilhando suas experiências vividas, suas esperanças e expectativas. O encontro, coordenado pelos próprios Guarani, teve continuidade com a socialização, feita pelas lideranças, das dificuldades enfrentadas, sobretudo a falta da terra: "Nós queremos a nossa terra. Que a Funai identifique, reconheça, demarque e garanta. A terra é nossa. Queremos ficar aqui mesmo, onde estamos agora, na nossa terra tradicional. Antes da colonização chegar aqui, o Guarani já vivia e depois o Guarani se espalhou. Agora estamos voltando e discutindo o nosso direito. Queremos a demarcação de nossa terra", afirmou o senhor Pedro, cacique da aldeia Vy'a Renda Poty.

Durante as noites, crianças, jovens, mulheres e homens se reuniram na Casa de Reza e ali realizaram seus rituais religiosos, entoando seus cantos com danças guerreiras-Jeroky. Foram momentos fortes de espiritualidade. Pelas celebrações, os Guarani demonstraram, mais uma vez, que a esperança e a mística que os alimenta e os fortalece, vem da estreita relação com Nhanderu, relação

expressa pela atuação dos Cheramõi kuery e das Jaryi kuery (líderes religiosos). A reza tradicional e a palavra deles deram ânimo e força, impulsionando os Guarani na luta, sempre confiando em Nhanderu, guiando-os à Terra Sem Males.

No último dia, a celebração foi marcante. Os Guarani esperavam pela chegada das autoridades governamentais e da sociedade civil. Finalizando o encontro, as lideranças entregaram o Documento Final, redigido com as reivindicações de todas as lideranças em nome de seus Tekohá.

Graças à força de Nhanderu, o povo Guarani segue resistente e lutador frente à expansão do latifúndio e aos grandes projetos, impulsionados por grandes empresas como a Itaipu Binacional.

Os Guarani criaram uma "Comissão de Terra" com a finalidade de fortalecer a luta de todos os Tekohá do Oeste e Centro-Oeste do Paraná pela demarcação de suas terras. A comissão é formada por quatro coordenadores que atuarão em conjunto com os caciques e todos os Tekohá.

Dois Grupos de Trabalho foram constituídos para realizar estudos de identificação e delimitação de terras Guarani nesta região do estado do Paraná. No entanto, ambos estão paralisados. Um



Participantes do 1º Encontro dos Guarani no Paraná

dos GT deve proceder estudos relativos às Terras Indígenas Tekohá Marangatú e Tekohá Porá, no município de Guaíra e Tekohá Araguaçu, município de Terra Roxa e o outro em relação à Terra Indígena Palmital do Meio, município de União da Vitória. Foi reivindicada a imediata retomada dos trabalhos de campo por parte destes Grupos.

Além disso, os Guarani reivindicaram também a criação de outros três GTs para identificação e delimitação de terras tradicionais nos municípios de Guaíra, Terra Roxa e Santa Helena. Eles haviam enviado documentos ao Ministério Público Federal de Umuarama e Foz de Iguaçu e à direção da própria Funai para que essa tomasse as devidas providências nesse sentido. No entanto, até o momento do encontro, nada havia sido feito pelo órgão federal a respeito da realização de estudos de identificação e delimitação das Terras Indígenas reclamadas.

A Comissão de Terra Guarani das regiões Oeste e Centro-Oeste do Paraná Tekohá Nhamopu'ã Jevy será mais um instrumento de luta dos Guarani para que seus direitos sejam assegurados conforme pregam os artigos 231 e 232 da CF/88 e o Decreto 1775/96 que dispõe sobre os procedimentos administrativos de demarcação das terras indígenas. ■

Assine o PORANTIM

Formas de Pagamento:



EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

SOLICITE SUA ASSINATURA PELA INTERNET:
adm.porantim@cimi.org.br

BANCO BRADESCO

Agência: 0606-8 - Conta Corrente: 144.473-5

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

Envie cópia do depósito por e-mail, fax (61-2106-1651) ou correio e especifique a finalidade do mesmo.

Se preferir pode enviar CHEQUE por carta registrada nominal ao CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, para o endereço:

SDS - Ed. Venâncio III, Salas 309/314 - CEP: 70393-902 - Brasília-DF

- Para a sua segurança, se for enviar cheque, mande-o por carta registrada!

- Comunique sempre a finalidade do depósito ou cheque que enviar.

- Inclua seus dados: nome, endereço, telefone e e-mail.

P R E Ç O S

Ass. anual: R\$ 40,00

*Ass. de apoio: R\$ 60,00

América Latina: US\$ 40,00

Outros países: US\$ 60,00

* COM A ASSINATURA DE APOIO VOCÊ CONTRIBUI PARA O ENVIO DO JORNAL A DIVERSAS COMUNIDADES INDÍGENAS DO PAÍS.

A causa indígena perde dois jovens sonhadores

O primeiro, Pedro Yamagushi, encantou-se nas águas do Rio Negro, muito distante de seu lugar de origem. Há poucos meses havia chegado em missão às terras da Amazônia. Escolheu São Gabriel da Cachoeira como lugar para concretizar seu sonho de mundo novo. O segundo, Uelson José de Araújo (Gordo), um indígena do Povo Xukuru, que desde criança acompanhava o pai e a mãe nas lutas de retomadas de terra foi vítima de um motorista irresponsável que trafegando na contramão se chocou contra a moto em que ele e sua esposa se deslocavam em direção à sua casa na Aldeia Santana.

Dom Edson Damian
Bispo de São Gabriel da Cachoeira

Pedro Fukuyei Yamaguchi Ferreira, 27 anos, filho de Paulo Teixeira Ferreira, deputado federal pelo PT-SP e da advogada Alice Yamaguchi Ferreira, chegou em São Gabriel da Cachoeira no dia 2 de março. Integrava o Projeto Missionário Sul 1 (dioceses de São Paulo) – Norte 1 (Amazonas e Roraima). Veio trabalhar como assessor jurídico da diocese e servir aos Povos Indígenas, que representam mais de 95% da população.

No dia 01 de junho, perto do meio dia, Pedro foi banhar-se no Rio Negro e foi arrastado pela correnteza. Seu corpo foi encontrado 48 horas depois em Tapereira, a mais de 40 quilômetros de São Gabriel. Morte trágica, inesperada, prematura. Como entendê-la?

Com muitas lágrimas e emoção acompanhei a despedida dele em São Paulo. No dia 4 de junho, a Catedral da Sé ficou repleta de parentes, amigos, agentes da pastoral carcerária, desembargadores, promotores, juizes, advogados. No meio da multidão encontravam-se Eduardo Suplicy, Luiza Erundina, Michel Temer, Paulo Vanuchi, Francisco Wtaker da Silva, Benedito Prezida, para citar apenas os que pude reconhecer.

Às 14h, com Dom Angélico Sândalo Bernardino e trinta presbíteros, celebramos a Eucaristia. O corpo chegou somente às 19h30 e foi velado na catedral. No dia 5, às 8h, o Cardeal Odilo Pedro Scherer presidiu a missa de despedida e a encomendação. Às 10h, foi sepultado no jazigo da família, no cemitério da

Vila Alpina. Enquanto cada um colocava um punhado de terra vermelha sobre o caixão, jovens advogados amigos entoavam o samba “Silêncio no Bexiga”, de Geraldo Filme:

*“Silêncio, o sambista está dormindo.
Ele foi, mas foi sorrindo
A notícia chegou quando anoiteceu
Escola, eu peço o silêncio de um momento
O Bexiga está de luto
O apito de Pato n`água emudeceu”.*

Quem era o Pedro? Recebeu o nome em homenagem a Dom Pedro Casaldáliga. Seu padrinho de Crisma foi Dom Angélico Bernardino. Seus pais são membros da Fraternidade Secular de Charles de Foucauld, militantes nos movimentos sociais. Formou-se em direito pela PUC/SP. Estagiou em grandes escritórios de advocacia, mas encontrou-se realmente durante os três anos em que atuou como assessor jurídico da Pastoral Carcerária sob a coordenação do Pe. Valdir João da Silveira. Foi neste serviço que nasceu o sonho de ser missionário na Amazônia. E o Pe Valdir, meu amigo, não podendo mais retê-lo, encaminhou-o para ajudar na diocese mais longínqua, mais isolada, mais indígena e mais pobre do Brasil, no noroeste do Amazonas.

Pedro era baixo. Os olhinhos japoneses, herança da mãe, o tornavam parecido com os povos indígenas. Como os índios das vinte e três etnias do Rio Negro se consideram parentes, Pedro já tinha sido adotado como parente deles. Era alegre, comunicativo, bem humorado, corintiano, apaixonado por samba e futebol.



Foto: Minnie Sardinha

Saudade de Pedro Yamaguchi Ferreira

(11.4.1983 – 3.6.2010)

Pedro, pedra de Davi, missionário, testemunha, maracá do Reino, veleiro do Rio Negro onde paz e tempestade te abraçaram.

Sinal de solidariedade, memória do cárcere, dos injustiçados, furacão, sino de esperança; desde o mundo indígena badalando indignação.

Pequeno irmão dos pobres, apareceste entre os humanos em tempo de vacas magras; sonhaste vinho para todos e pão consagrado, repartido - como tua vida.

Posseiro do tempo, romeiro sem lar; trocaste a carreira de advogado pela caminhada do peregrino, o grito pela canção - Quixote e Macunaíma.

Pedro, pedra preciosa, raiz com asas; na luta pela justiça te fizestes pedra-caminho, agitação divina, dom, presente, Eucaristia.

Paulo Suess

sensação de que não resistiria diante de tamanha dor. Mas, na medida em que fui recebendo visitas, telefonemas, abraços de tantas pessoas amigas que não via há tempo, esta rede humana de solidariedade foi me reanimando e consolando. Percebi que meu filho era amado e tinha ajudado a muitas pessoas. Além disso, quem sou eu para me revoltar contra Deus? Meu filho morreu feliz no meio do rio, da floresta, entre os Povos Indígenas. Apesar de sua breve existência, ele soube viver tão intensamente que tenho a impressão de que ele viveu 100 anos em 27”.

Pedro compreendeu e viveu a proposta radical de Jesus: “Quem quiser salvar a sua vida a perderá; mas quem perder a sua vida por causa de mim e do Evangelho, a salvará” (Mc 8,35). Pedro testemunhou que a vida não é um capital para ser acumulado, mas um dom de Deus para ser partilhado. Vida a serviço da vida dos pobres, dos Povos Indígenas para pagar-lhes a imensa dívida social que lhes devemos pelos massacres e genocídios perpetrados desde o “descobrimento”. Ele andou pela vida conduzido pelas bem-aventuranças dos “que têm fome e sede de justiça” (Mt, 5). ■

“Recebe teu filho, minha mãe natureza, ele não será sepultado, ele será plantado, para que dele nasçam novos guerreiros”.

Zenilda Xukuru

Na tarde de 9 de junho, um grave acidente ocorrido na PE-217, estrada que corta a Terra Indígena Xukuru, causou a morte de Uelson José de Araújo (conhecido como Gordo), 30 anos, e deixou sua esposa Isabele gravemente ferida. Desde o assassinato de seu pai, o cacique Xicão, em maio de 1998, Gordo passou a colaborar com sua mãe Zenilda e seu irmão, o cacique Marcos, nas atividades de articulação, coordenação e mobilização do povo. Atualmente era presidente da Associação Indígena Xukuru do Ororubá.



Foto: Eden Magalhães

Santana, município de Pesqueira (PE), próximo ao local onde ocorreu o acidente. Sua esposa continua internada no Hospital Regional de Caruaru.

O Cimi manifesta solidariedade aos familiares de Uelson e a todo o Povo Xukuru.

Grandes projetos e seus impactos na Amazônia

J. Rosha

Cimi Regional AO

Seminário promovido pelo Cimi Regional Amazônia Ocidental, em Rio Branco, de 2 a 4 de junho, reuniu dirigentes de movimentos sociais e indígenas do Brasil, Bolívia e Peru para discutir os impactos e a resistência contra grandes projetos na Amazônia.

O que está por trás da insistência do governo federal em construir Belo Monte, Santo Antônio, Jirau e outras grandes obras previstas pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que resultam em graves impactos sobre o meio ambiente, terras indígenas e para as populações afetadas? Quem serão os maiores beneficiários das estradas previstas para cortar a América do Sul de ponta a ponta?

Antes de responder a essas questões, faz bem conhecer os atores envolvidos nessa trama. De um lado, companhias transnacionais petrolíferas (como a brasileira Petrobrás), mineradoras, empreiteiras (como Odebrecht e Camargo Correa), bancos (BNDES, etc), dentre outros, com o suporte dos governos.

Na outra ponta estão os indígenas, ribeirinhos, pequenos agricultores, quilombolas, trabalhadores de diversos ramos – uma grande diversidade étnica e cultural que vem sendo mantida à margem das decisões de todas as ordens. Contra esse tsunami desenvolvimentista que pretende ser a Iniciativa para Integração da Infra Estrutura Sul Americana (IIRSA) e cujo correlato no Brasil é o PAC, essas populações resistem e, com muita bravura, prosseguem mantendo suas identidades e práticas econômicas seculares.

Uma demonstração dessa resistência foi a mobilização realizada nos dias 17 e 18 de junho na região sul do Peru que compreende os estados de Madre de Dios, Cuzco, Puno, Apurimac, Arequipa, Tacna y Ayacucho, para “repudiar a construção da hidrelétrica de Inambari” e contra a “exportação do gás natural de Camisea (Amazônia Peruana)”. O encontro foi organizado por movimentos sociais e sindicatos e tem como pano de fundo a defesa dos recursos energéticos e de preço justo para o gás de cozinha, cujo valor é muito maior que nos países vizinhos (Equador, Venezuela e Argentina).

Há cerca de um ano, na região peruana de Báguá, 50 indígenas Awajun e Wampi foram mortos em confronto com a polícia durante uma manifestação de resistência contra a Lei Florestal e de Fauna e Flora (decreto-lei 1090) que permitia a empresas transnacionais adquirir 45 milhões de hectares, equivalente a cerca de 60% da floresta amazônica do Peru, para explorar recursos naturais.

O reverso da resistência popular é a persistência do grande capital em buscar, de todas as formas, legitimação para



acessar recursos naturais. “Se os movimentos sociais fazem resistência com a lei debaixo do braço estão correndo o risco de perder porque essa legislação está sendo modificada para atender aos interesses do grande capital e do latifúndio”, alerta Ramon Cujui Freitas, assessor de movimentos sociais de Rondônia.

Paralelamente à movimentação no Congresso Nacional para criar novas leis para facilitar o acesso aos recursos naturais sob a fachada de “desenvolvimento sustentável”, ocorrem articulações dos setores conservadores e ligados ao grande capital com finalidade de derrubar por via judicial todas as conquistas dos povos da Amazônia. Um exemplo disso foi o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF), da ação contra a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Da mesma forma, lideranças de movimentos sociais tornaram-se alvo de ações por parte de fazendeiros e outros. “Temos presenciado a judicialização das lutas sociais. Quando os indígenas conseguem demarcar as terras, os contrários recorrem à Justiça pra impedir ou protelar a realização desses direitos”, destacou Cléber Buzatto, secretário adjunto do Cimi.

Reconfiguração territorial

“A partir de projetos aparentemente pontuais, o governo está criando todas as condições políticas, geopolíticas e físicas para que o capital tenha acesso às riquezas dispostas ao longo da América do Sul”, analisa o professor Israel Pereira. Ele acrescenta ainda que “cada um desses projetos (governamental de interesse de empresas privadas) que tira essas populações do caminho, na verdade, abre o caminho jurídico, político, econômico, físico para o acesso do capital a esses recursos”.

Às populações afetadas por essas iniciativas resta resistir. “Caso contrário correm o risco de extinção – no caso dos povos indígenas – ou então de migrar para os centros urbanos onde vão engrossar as filas de desempregados e marginalizados”, prevê Pereira.

A análise do professor foi focalizada nas populações afetadas pela construção da BR-317, conhecida como transoceânica, porque permite o acesso por terra do Brasil ao Oceano Pacífico. A consolidação desse empreendimento resulta em uma reorganização de todo o território na fronteira Brasil, Peru e Bolívia. “Não é apenas abrir uma brecha na floresta e colocar asfalto. Ela tem também uma reorganização na própria relação que a população tem com o território”, explica. “A população que ali habita perde o poder sobre seu território. O governo não permite, por exemplo, que os moradores desmatem uma área para fazer a plantação e nem pode plantar em certas áreas”, ressalta, concluindo que “o desenvolvimento sustentável de que o governo tanto fala é uma forma de fazer com que o capital tenha acesso aos recursos existentes ao longo dessa estrada, enquanto a população é “desempoderada” e, por assim dizer, desenraizada”.

Esse ponto de vista é apoiado por Guilherme Carvalho, coordenador do Núcleo de Cidadania da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase). Ele enfatiza que “todas as grandes obras são para garantir o acesso das empresas aos recursos naturais. Por isso os governos estão empenhados nisso”.

Rolo compressor

Comunidades inundadas, plantações perdidas, mortandade de peixes, risco de extinção de algumas espécies e perseguições de lideranças. As populações afetadas por barragens sofrem com esses e outros problemas, como a construção das estradas que resulta em remoção dos moradores tradicionais. “As aldeias Palha e Estaleiro foram alagadas e tiveram prejuízos. Elas ficaram no fundo e as suas plantações apodreceram ou morreram”, conta a indígena Maria Leonice Tupari, da comunidade Jatobá, na área indígena Rio Branco, município Alta Floresta do Oeste (RO). A terra indígena foi homologada em

1985 e desde que foram construídas Pequenas Centrais Hidrelétricas no rio Branco, há cerca de três anos, os 12 povos que moram na área sofrem com os impactos.

A destruição das plantações e o desequilíbrio causado com a abertura e fechamento das comportas matam a caça, a fauna aquática e começam a comprometer as fontes de alimentação dos indígenas, relata Maria Leonice.

Situação semelhante vivem os moradores da comunidade São Carlos, no baixo rio Madeira, localizada a 70 quilômetros de Porto Velho. “Além da morte dos peixes, a barragem de Samuel causa poluição das águas do rio Jamari e alagamento das casas. Todas as vezes que abrem as comportas a comunidade é inundada”, relata Miquéias Ribeiro, membro da coordenação do Movimento de Atingidos por Barragem (MAB) de Porto Velho. “Não tem mais peixe no rio Jamari. A comunidade sobrevive da pesca em outros lagos. Em alguns o Ibama não permite a pesca”, acrescenta.

“Devido à construção da barragem de Santo Antônio quem mora para cima já está sendo deslocado pelas empresas. E quem mora para baixo vai continuar sofrendo porque o rio vai secar”, prevê Ribeiro. Ele diz também que “a empresa responsável pela construção nem conversa com os atingidos que moram à jusante”.

A resistência em ouvir e atender as reivindicações das populações afetadas está na raiz do modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado e que atende aos interesses dos grupos econômicos envolvidos. “A realização de grandes obras é um espaço de ativação da economia, mas que não favorece os segmentos excluídos”, diz Ramon Cujui. “Os segmentos que mais resistem contra esse modelo de desenvolvimento estão fora das organizações tradicionais como os sindicatos. A resistência é feita pelos indígenas, ribeirinhos, mulheres e outros”, acrescenta Guilherme Carvalho, que conclui: “estes são os principais adversários do modelo que se tenta impor na Amazônia”. ■

Execução de grandes obras na Amazônia

Lideranças se unem contra processo de criminalização na Bahia

Indígenas Tupinambá, Pataxó Hã Hã Hãe, Tuxá, Kiriri e Paiaia protestam contra processo de criminalização de lideranças indígenas e pedem providências das autoridades para libertar cacique Babau e seus irmãos

Cleyenne Cerqueira
Repórter

Desde a prisão da importante liderança Tupinambá da comunidade Serra do Padeiro, município de Buerarema (BA), Rosivaldo Ferreira da Silva, conhecido como cacique Babau, os indígenas do sul do estado vivem amedrontados e trancafiados em suas aldeias. Os alunos da comunidade estão sem ir às aulas (de ensino médio) desde março, mês em que Babau foi levado de sua casa pela Polícia Federal durante a madrugada.

Têm sido constantes as ameaças de fazendeiros, pistoleiros e até de populares feitas aos indígenas. As lideranças tiveram que suspender a ida dos estudantes às escolas, pois ameaças pessoais e de incêndio ao ônibus escolar que os leva têm sido recorrentes. Jovens que frequentavam a faculdade tiveram que suspender o curso, pois estavam sendo ameaçados dentro das próprias salas de aula.

Cansados pela espera de uma solução que nunca vem, as lideranças indígenas da região resolveram se unir e buscar respostas imediatas junto aos governos estadual e federal. No início de julho, cerca de 300 lideranças acamparam em espaços da Assembleia Legislativa da Bahia e da Secretaria de Justiça, em Salvador.

Eles reivindicam providências para interromper os constantes ataques de que têm sido vítimas e que, muitas vezes, são praticados pela própria Polícia Federal, órgão que deveria garantir-lhes segurança. Ainda pedem o fim do processo de criminalização da luta dos povos indígenas em busca de seus territórios tradicionais.

No dia 12 de julho, uma comitiva dessas lideranças se reuniu com a secretária de Justiça da Bahia, Lucina Tannue e com o subsecretário de Segurança Pública do estado, Ary Pereira. Na ocasião, Pereira propôs a realização de uma audiência pública em Buerarema para esclarecer junto à população do município esta situação, com o objetivo de pôr fim às práticas de incitamento contra os indígenas da região. Prática esta que tem sido encabeçada por fazendeiros e também pela imprensa local.



A estudante de direito que recentemente esteve na Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) defendendo os direitos dos povos indígenas, Patrícia Rodrigues Santos Moraes, do povo Pataxó Hã Hã Hãe, e representantes do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), da Comissão Pastoral da Terra (CPT), do Movimento dos Trabalhadores sem Terra e do Fórum de Luta por Terra Trabalho e Cidadania da Região Cacaueira também participaram do encontro.

O subsecretário garantiu à comitiva que serão realizadas investigações para apurar as denúncias feitas por representantes da comunidade da Serra do Padeiro de envolvimento de policiais civis na tentativa de assassinato ao cacique Babau e outros representantes de sua família. Ele ainda afirmou que, se for necessário um contingente de policiais será deslocado para garantir à comunidade o direito de ir e vir, já que a mesma, segundo relatos, encontra-se encurralada dentro da sua área.

Para as lideranças é revoltante observar como a Polícia Federal tem agido com as comunidades indígenas. “É preciso dar um basta nesta situação que envolve as nossas comunidades. Estamos sendo tratados como bandidos perigosos, quando os verdadeiros bandidos andam soltos por aí, aprontando e nada acontece com eles”, afirmaram.

De acordo com as lideranças há omissão na apuração das denúncias e descaso do poder público frente às reivindicações dos indígenas do estado. “O que mais nos revolta é que as denúncias são feitas, são comprovadas as irregularidades e nada é feito de concreto. Exemplo desta situação é a prisão do cacique Babau e de seus irmãos, que foram permeadas de irregularidades e



mesmo assim eles continuam presos. Queremos que eles sejam libertados!”. “Eles foram presos arbitrariamente por defender uma terra indígena que está em processo final de demarcação”, disse Tainã Andrade Tupinambá.

A luta jurídica pela soltura das lideranças Tupinambá

Na manhã do dia 15 de julho, uma comissão de lideranças Pataxó Hã Hã Hãe e Tupinambá se reuniu com a presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, Dr^a Telma Britto. Durante o encontro, eles falaram sobre o crescente processo de criminalização contra os povos indígenas do estado, situação decorrente da luta pela posse de seus territórios tradicionais. Eles demonstraram à presidente a importância cultural de suas terras, que são fonte de vida material e espiritual.

Sensibilizada com a exposição dos indígenas, a presidente do TJBA entendeu a necessidade de agilizar a distribuição dos *habeas corpus* relacionados à luta do Povo Tupinambá que aguardavam no Tribunal, bem como de novos *habeas corpus* impetrados no dia 15, um dos quais pela assessoria jurídica do Cimi com a contribuição de Patrícia Rodrigues Santos Moraes.

A comissão conversou ainda com o juiz relator dos *habeas corpus*, Dr. Jefferson Alves de Assis. De acordo com o magistrado, o primeiro HC impetrado pela Funai está com vista ao Ministério Público, aguardando elaboração de parecer.

Entenda o caso

Os HCs impetrados na Justiça de Salvador são referentes às ordens de prisão expedidas pelo juiz de Direito da Comarca de Buerarema, Antônio Carlos de Souza Higyno, em 12 de abril.

Babau e Gil estavam presos no Presídio Federal de Segurança Máxima de Mossoró (RN), de onde foram levados no dia 16 de junho para a Polícia Federal do município e posteriormente transferidos para o Complexo Penitenciário Lemos de Brito, em Salvador.

No dia 8 de junho, por maioria dos votos e acompanhando o voto do juiz federal Guilherme Mendonça, a 3^a Turma do Tribunal Regional Federal da 1^a Região julgou procedente o pedido de liberdade para Babau e seu irmão. Nesse julgamento, a Turma cassou os dois decretos de prisão preventiva, sob orientação do desembargador Tourinho Neto, por excesso de prazo. De acordo com o argumento, a PF teria 81 dias para concluir as investigações, mas já haviam se passado mais de 90 dias.

A decisão da 3^a Turma abarca dois *habeas corpus*, um impetrado pela Fundação Nacional do Índio (Funai) e outro pelo Ministério Público Federal (MPF/BA), titular da ação penal que - neste caso - entende não haver indícios de autoria de Babau e Givaldo nas imputações que lhe são feitas pela Polícia Federal de Ilhéus.

Assim, apesar de o TRF da 1^a Região ter assegurado a Babau e Gil responder aos inquéritos em liberdade, a ordem de prisão emitida por Higyno mantém as lideranças Tupinambá presas. A ordem de prisão do juiz estadual se baseia em ocorrências e inquéritos arrolados pela Polícia Federal a partir de informações e denúncias feitas por fazendeiros, seus empregados e posseiros na Terra Indígena Tupinambá.

O cacique Babau e outras lideranças do povo Tupinambá, em especial as que estão sendo processadas, têm estado à frente das mobilizações e lutas de seu povo em busca de seu território tradicional. Um povo indígena quando luta pelo cumprimento de seus direitos constitucionais e fundamentais não “se associa para o fim de cometer crimes”. Ao mesmo tempo, manifestar-se pelo cumprimento do Programa Luz para Todos, evitando desvio de finalidade, mesmo que retendo um caminhão e mantendo negociação com as autoridades responsáveis, não configura o crime de extorsão, que exige “o intuito de



Manifestações contra a criminalização de lideranças indígenas da Bahia e prisão de Babau e Glicéria, do povo Tupinambá

obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica”. (Arts. 288 e 158 do Código Penal Brasileiro)

O cumprimento da ordem de prisão estadual às três lideranças Tupinambá pela Polícia Federal revela a banalização da prisão preventiva, num ato que é uma verdadeira afronta ao Estado Democrático de Direito. O princípio da presunção de inocência ou quaisquer outros princípios constitucionais são ignorados num típico caso de criminalização do movimento legítimo e democrático pelo cumprimento da Constituição Federal, pela demarcação da Terra Indígena Tupinambá e pela efetivação de seus direitos.

A Polícia Federal vem utilizando o mesmo corolário de ocorrências e inquéritos para representar pela prisão das lideranças Tupinambá indistintamente junto à Justiça Federal e à Justiça Estadual. Ao ser levada denúncia de tais procedimentos à Organização das Nações Unidas (ONU), o coordenador-geral de Defesa Institucional da Polícia Federal, delegado Marcos Aurélio Pereira de Moura, afirma que são distorcidos os fatos relatados na denúncia de abuso por parte de agentes da Polícia Federal contra índios da etnia Tupinambá.

Denúncias à ONU

No dia 9 de junho, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e a entidade Justiça Global enviaram denúncias sobre os casos de prisões ilegais e torturas em relação ao Povo Tupinambá, aos relatores da Organização das Nações Unidas (ONU). As entidades relatam o caso da prisão de Babau e a prisão ilegal de Glicéria Tupinambá – irmã do cacique – e seu filho, de apenas dois meses. O primeiro ofício enviado apresenta a prisão de Babau pela Polícia Federal (PF), além de retomar o caso das torturas sofridas por membros da comunidade em 2009 e praticadas por agentes da PF da Bahia, além de todo o histórico da luta tupinambá por suas terras tradicionais.

Os representantes das duas entidades relatam, detalhadamente, os atos ilegais da PF da Bahia e, segundo eles, “a grave violência no campo - em especial a que sofrem os povos indígenas do Brasil - é originada pela ausência de responsabilização dos agentes públicos

que violam direitos; pela criminalização das lideranças e pela não realização do direito constitucional à demarcação do território indígena, do reconhecimento do valor, da dignidade e dos direitos internacional e constitucionalmente garantidos aos povos indígenas”.

Babau foi preso na madrugada do dia 10 de março por cinco policiais federais, fortemente armados, que arrombaram e invadiram sua casa, na comunidade Tupinambá da Serra do Padeiro, estado da Bahia. O mandado de prisão não foi apresentado pelos policiais. Segundo seus familiares, no momento de sua prisão, Babau foi violentamente agredido e ameaçado de morte.

Diante das denúncias e relatos, as entidades requereram as seguintes recomendações ao alto comissariado da ONU:

1) Realização de uma investigação séria e eficaz para que os agentes dos crimes de tortura cometidos contra Ailza Silva Barbosa, Alzenir Oliveira da Silva, Calmerindo Batista da Silva, Mário Oliveira Barbosa, José Otávio de Freitas possam ser julgados e responsabilizados pelo Poder Judiciário;

2) Manutenção e proteção da liberdade dos defensores de direitos humanos Cacique Babau – Rosivaldo Ferreira da Silva - e Givaldo Jesus da Silva, frente à prisão ilegal;

3) Garantia imediata da posse do território ao povo Tupinambá, conforme prevê a Constituição Federal brasileira, mediante a finalização do processo demarcatório junto aos órgãos competentes e sua proteção;

4) Garantia da incolumidade física do Povo Tupinambá;

5) Formação contínua em Direitos Humanos dos agentes policiais que tratam com povos indígenas e outras minorias étnicas.

Caso Glicéria

A prisão da irmã do cacique Babau, Glicéria Tupinambá, juntamente com seu filho de apenas dois meses também foi denunciada à ONU.

No dia 2 de junho, Glicéria participou da reunião da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), em Brasília, que inclusive contou com a presença do Presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva. Na oportunidade, ela chegou a denunciar as perseguições que as lideranças Tupinambá têm sido vítimas por parte da Polícia Federal no Sul da Bahia.

No dia seguinte, quando tentava retornar para sua aldeia, Glicéria – tendo ao colo Erúthawã, de dois meses – foi detida ao descer do avião, ainda na pista de pouso do aeroporto da cidade de Ilhéus, estado da Bahia, diante dos demais passageiros, por três agentes da Polícia Federal, numa intenção clara de constrangê-la. O episódio foi testemunhado por Luis Titiah, liderança Pataxó Hã-hã-hãe, também membro da CNPI, que a acompanhava.

Após ser interrogada durante toda a tarde na sede da PF em Ilhéus, sempre com o bebê ao colo, Glicéria recebeu voz de prisão ao deixar as dependências do órgão. A prisão teria sido decretada pelo juiz Antonio

Hygino, da Comarca de Buerarema-Bahia, sob a alegação de Glicéria ter participado no seqüestro de um veículo da empresa que presta serviço de energia na região. O juiz, em entrevista concedida ao repórter Fábio Roberto para um jornal da região, se referiu aos Tupinambá como “pessoas que se dizem índios”.

No documento enviado à ONU, eles também solicitaram que fossem requeridas as seguintes recomendações:

a) Imediata concessão de liberdade da defensora de direitos humanos Glicéria Tupinambá e a seu filho Erúthawã Jesus da Silva, frente à prisão ilegal;

c) Garantia imediata da posse do território ao povo Tupinambá, conforme prevê a Constituição Federal brasileira, mediante a finalização do processo demarcatório junto aos órgãos competentes e sua proteção;

d) Garantia da incolumidade física do Povo Tupinambá;

e) Formação contínua em Direitos Humanos dos agentes policiais que tratam com povos indígenas e outras minorias étnicas.

As denúncias foram enviadas ao Relator Especial da ONU sobre a situação dos direitos humanos e liberdades fundamentais dos povos indígenas, ao Relator Especial da ONU sobre tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos e degradantes, à Relatora Especial da ONU sobre Defensores de Direitos Humanos, ao Grupo de Trabalho sobre Detenção Arbitrária e ao escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas, em Genebra, na Suíça.

Ação de pistoleiros

No mês de maio deste ano, o vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa da Bahia, deputado Yulo Oiticica (PT), esteve na comunidade Serra do Padeiro para investigar denúncias de possíveis ações de pistoleiros contra os indígenas. Na ocasião, foram apreendidas armas e munições abandonadas por capangas que invadiram a aldeia em fevereiro deste ano.

De acordo com os Tupinambá os pistoleiros trabalham para fazendeiros da região com o conhecimento da Polícia Federal. “É importante que essa investigação



seja feita o mais rápido possível. As armas encontradas provam que quem deveria estar preso são pistoleiros, não o cacique Babau”, afirmou o deputado.

O material recolhido pela CDH - cinco revólveres, uma pistola, uma escopeta, uma carabina, um rifle e munições com a inscrição “federal”

- foi entregue ao subsecretário de SSP, Ari Pereira. A comunidade agora aguarda que as denúncias sejam apuradas para que se confirmem as ações discriminatórias e violentas dos fazendeiros da região. ■

PIMENTEIRA

RESISTÊNCIA INDÍGENA NO PIAUÍ

Benedito Prezia¹
Historiador

Muito pouco se conhece sobre os Pimenteiras, povo que foi exterminado no início do século 19, por ocasião da conquista do alto Piauí, rio cujas nascentes faziam divisa com o noroeste da Bahia. Esta área, de difícil acesso, tornou-se o refúgio de alguns povos do sertão, como os Pimenteiras, acossados pelas fazendas de gado, chamados currais, que se instalaram em todo agreste e sertão nordestino.

No final do século 18 a capitania do Piauí era dirigida por uma junta trina, composta pelo Ouvidor da comarca de Oeiras, Antônio de Moraes Durão, pelo tenente-coronel João do Rego Castelo Branco e pelo vereador Domingos Bezerra da Macedo. Com intrigas internas, este triunvirato durou pouco, tornando-se o coronel João do Rego Castelo Branco o grande potentado, levantando denúncias contra o ouvidor, que foi preso e enviado para São Luís do Maranhão.

Com grande autonomia e apesar da idade, João do Rego e seus filhos, Félix e Antonio, em abril de 1779 organizaram uma expedição punitiva contra os Pimenteiras, e que foi composta de 40 praças de cavalaria e vários indígenas aliados, como os Akroá, Timbira e Gueguê, num total de 134 homens.

A campanha, que parecia promissora, foi um fracasso, pois não conseguiram localizar estes indígenas, refugiados nas caatingas da região, e nem as minas de ouro, talvez o objetivo mais importante desta ação.

Irritados com esta operação de guerra, os Pimenteiras passaram a desfechar ataques contra as fazendas do alto Piauí, matando muitas pessoas e muito gado.

Quatro anos depois, o governo resolveu mudar de tática, criando escoltas volantes, que eram apoiadas tática e financeiramente pelos fazendeiros. O resultado não foi alentador. Com sete anos de ação, os frutos dessa operação resultaram na prisão de uma dezena de indígenas, que levados para Oeiras, sede da capitania, não se pôde colher nenhuma informação, devido à limitação da língua. Seu idioma não era compreensível a nenhum dos povos aliados dos portugueses.

A resposta guerreira desses indígenas prosseguiu, sendo os currais de gado constantemente atacados.

No final do século 18 o governo local pediu à coroa portuguesa autorização e apoio para uma campanha mais agressiva. Entretanto o governo de Dona Maria I propunha uma política de aproximação com meios pacíficos e a implantação de aldeamentos missionários, como ocorrera em outras épocas. Infelizmente os jesuítas já não estavam mais no Brasil, expulsos que foram por Dom José I em 1759, e quase nenhum sacerdote se dispunha a realizar um trabalho de catequese, sobretudo com os indígenas do Piauí.

A chegada da família real no Brasil fez com que a política “civilizatória” se tornasse mais agressiva e militarizada. Em 1807 o governo do Piauí empreendeu vários ataques na região, sob o co-

mando de José Dias Soares, quando são presos cerca de 30 indígenas, incluindo mulheres e crianças.

Depois de um recuo estratégico, quando se retiraram para Pernambuco, os Pimenteiras voltaram a atacar a região de Parnaçuá, no sul do Piauí.

Em 1808, nova expedição punitiva se deslocou para lá, sendo surpreendidos por várias frentes, ocorrendo um grande massacre. Os sobreviventes, em número de 70, foram vendidos em Oeiras e nas fazendas da região, terminando assim a trajetória de mais um povo do Nordeste, que morreu lutando. ■

¹ Um agradecimento especial a Antônia Vieira, professora em Teresina, pelo importante material enviado, que auxiliou na elaboração deste texto.



APOIADORES

caritas



PORANTIM

Jun/Jul-2010 | 16